

1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 | **Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

1.2 | NIPC 501109528

1.3 | **Sede:** Rua Serpa Pinto nº1 – 2560-363 Torres Vedras

1.4 | **Natureza da atividade:** A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras (SCMTV) é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa por despacho de sua Excelência o Ministro da Saúde e Assistência de 20 de Fevereiro de 1959, publicado no Diário do Governo nº55, IIIª Série, de 6 de Março de 1959.

1.5 | **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso nº 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMTV, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Edifícios e Outras Construções	50 e 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que as mesmas possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, afim de determinar a extensão da perda por imparidade.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes e outras dívidas de terceiros encontram-se mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

4 | FLUXOS DE CAIXA:

4.1 | Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários	
Ativos	
Caixa	9.561,21
Depósitos á Ordem	306.783,19
Outros Depósitos Bancários	300.050,00
Total	616.394,40

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMTV.

5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
 b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
 c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.
 A quantia escriturada bruta, as depreciação acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abates e Transferências	31-12-2016
Bens do Património Histórico e Cultural	67.368,40	0		67.368,40
Terrenos e Recursos Naturais	267.131,88	20.035,52	10.071,04	277.096,36
Edifícios e Outras Construções	10.024.589,46	78.578,97	23.426,76	10.079.741,67
Equipamento Básico	636.029,28	7.216,03		643.245,31
Equipamento de Transporte	194.314,86	24.247,41		218.562,27
Equipamento Administrativo	646.867,02	2.750,92		649.617,94
Equipamento Biológico	0	0		0
Outros Ativos Tangíveis	96.593,60			96.593,60
Investimentos em Curso-Ativos Tangíveis	117.447,74	35.807,18	66.208,26	87.046,66
Ativo Tangível Bruto	12.050.342,24	168.636,03	99.706,06	12.119.272,21
Depreciações Acumuladas	5.418.576,99	327.618,31	2.342,70	5.743.852,60
Depreciação Acumulada	5.418.576,99	327.618,31	2.342,70	5.743.852,60
Ativo Tangível Líquido	6.631.765,25	-158.982,28	97.363,36	6.375.419,61

6 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A quantia escriturada no balanço á data de 31 de dezembro de 2016 tem a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros	31-12-2015	31-12-2016
Obrigações e Títulos de Participação		
Ações-TVI-Rádio Renascença	14.963,94	14.963,94
OPS-Fundo de Participação CEMG	100,00	100,00
Fundo de Compensação de Trabalho	2.400,65	3.957,75
Total	17.464,59	19.021,69

7 | INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente. Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2016
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	5.603,13	20.997,70
Total	5.603,13	20.997,70

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, detalham-se conforme quadro que se segue:

Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	31-12-2015	31-12-2016
Saldo Inicial	8.759,32	5.603,13
Compras	405.926,18	417.647,67
Regularizações		14.229,07
Saldo Final	5.603,13	20.997,70
Gasto do Período	409.082,37	416.482,17

8 | RÉDITO

Quantia de cada categoria **significativa** de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2016	Varição
Prestações de Serviços			
Mensalidades	1.383.088,88	1.388.263,65	5.174,77
Extras Mensalidade	68.313,68	70.201,95	1.888,27
Comparticipações Seg. Social	1.010.398,28	1.041.655,62	31.257,34
Rendas	264.006,72	302.619,72	38.613,00
Outros Rendimentos			
Refeições Funcionários	65.770,17	66.892,8	1.122,63
Direitos Entrada-Domus	25.800,00	25.800,00	0
Doações	31.105,50	11.755,53	-19.349,97
Subsídio p/ Investimento	24.125,48	24.125,48	0
Juros			
Depósitos Bancários	6.354,03	3.302,57	-3.051,46
Total	2.878.962,74	2.934.617,32	55.654,58

9 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 8 de março de 2016.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

10.1 | Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2016
Ativo		
Clientes	117.932,97	172.268,36
Outras Contas a Receber	79.864,85	91.266,43
Total	197.797,82	263.534,79
Passivo		
Fornecedores	87.702,31	60.774,20
Outras Contas a Pagar	458.851,47	460.703,87
Total	546.553,78	521.478,07

10.2 | Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.

Imparidades	31-12-2015	31-12-2016
Clientes	32.163,69	32.280,93
Inquilinos	14.437,75	17.481,19
Total	46.601,44	49.762,12

10.3 | Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Ativos		
Caixa	10.233,12	9.561,21
Depósitos á Ordem	159.472,51	306.783,19
Outros Depósitos Bancários	500.050,00	300.050,00
Total	669.755,63	616.394,40

10.4 | Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Instituição Bancária	31-12-2015	31-12-2016
Novo Banco	391.897,05	279.926,45
Total	391.897,05	279.926,45

11 | Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	31-12-2015	31-12-2016
Remunerações do Pessoal	1.263.997,17	1.345.172,39
Encargos s/ Remunerações	273.418,38	296.624,36
Outros Custos c/ Pessoal	144.257,77	131.638,79
Total	1.681.673,32	1.773.435,54

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação e seguro de acidentes de trabalho.

12 | OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2015	31-12-2016
Imposto s/ Rendimento	8.676,27	9.708,73
Contribuições p/ Seg. Social	29.590,04	32.749,51
Total	38.266,31	42.458,24

12.2 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2015	31-12-2016
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4.826,43	6.546,83
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Direitos de Entrada-Domus	145.200,00	119.400,00
Total	140.373,57	112.853,17

12.3 | Acréscimos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de «Devedores por acréscimos de rendimentos e Credores por acréscimos de gastos» apresentava a seguinte decomposição:

Acréscimos	31-12-2015	31-12-2016
Ativo		
Devedores p/ acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	3.944,33	1.092,00
Outras receitas diferidas (Segurança Social)		
Vagas extra acordo (Iar)	1.166,40	1.764,76
Complemento p/vagas reservadas p/S.S.(Lar)	4.142,04	
Comparticipação adicional		1.999,60
Cantina Social	6.200,00	6.200,00
Compensação Educação Pré-Escolar	34.776,12	37.040,52
Outras receitas diferidas (Donativos)		16.003,75
Outras receitas diferidas (Reembolso iva)		18.385,32
Total	50.228,89	82.485,95
Passivo		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	208.778,58	228.405,94
Juros a liquidar	2.003,03	1.430,74
Outros despesas diferidas		
Creche	500,66	507,16
Centro Convívio	1.353,82	0
Centro de Dia	1.498,56	0
Total	214.134,65	230.343,84

12.4 | Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	31-12-2015	31-12-2016
Fundos	1.742.247,00	4.492.247,00
Reservas		
Resultados Transitados	3.256.043,17	534.135,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.378.913,14	1.327.214,42
Resultado Líquido do Período	28.092,40	-14.944,73
Total	6.405.295,71	6.338.652,26

12.5 | Respostas Sociais

Para a atribuição de resultados às respostas sociais, o procedimento foi de igual modo aos anos anteriores.

Todos os custos e proveitos diretos, nomeadamente receitas de mensalidades dos utentes e participações do Instituto da Segurança Social (I.S.S.), foram contabilizados diretamente em cada uma das respostas sociais a que correspondem.

Nos custos indiretos, comuns á resposta social do mesmo estabelecimento, foi utilizado um coeficiente proporcional às receitas de mensalidades dos utentes e a participação do I.S.S..

12.6 | Revisor Oficial de Contas

Durante o ano de 2016 as contas foram fiscalizadas pela sociedade "Diz & Associados – SROC,Lda.

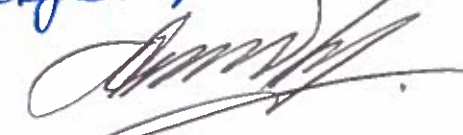
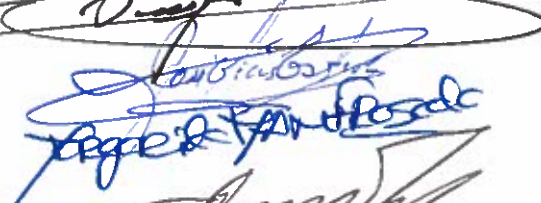
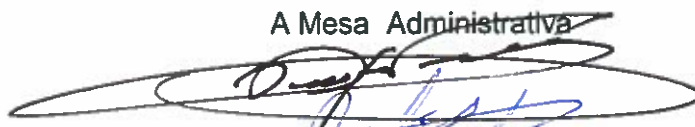
Torres Vedras, 8 de Março de 2017

TOC nº62764



Paula Videira

A Mesa Administrativa



Juá de Inart
2017



